
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



ATA N.º 3

REUNIÃO ORDINÁRIA – 22 JANEIRO 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ORDEM DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA A REALIZAR NO SALÃO NOBRE DOS
PAÇOS DO MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO, NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2021, PELAS 9 HORAS,
NOS TERMOS DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 25.º DO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO E
DO N.º 2 DO ARTIGO 40.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATAS

Ata n.º 36 da Reunião Ordinária de 18 de Dezembro de 2020

Ata n.º 1 da Reunião Ordinária de 8 de Janeiro de 2021

Ata n.º 2 da Reunião Extraordinária de 15 de Janeiro de 2021

Ponto 2 – OBRAS MUNICIPAIS

- 2.1. Eixos Cicláveis Prioritários da Modalidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 2. Suspensão do Prazo da Empreitada
- 2.2. Substituição de Depósitos Caução por Garantias Bancárias e Seguros de Caução
 - 2.2.1. Adaptação de Edifício para Centro de Criatividade – Conclusão de Empreitada
 - 2.2.2. Requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano
 - 2.2.3. Escola Secundária Amato Lusitano – Requalificação dos Balneários
 - 2.2.4. Beneficiação e Adaptação de Edifício Municipal a Centro de Dia, sito no Bairro Ribeiro das Perdizes

Ponto 3 – ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE CASTELO BRANCO

- 3.1. Venda do Lote 8. Auto JP – Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis
- 3.2. Reserva do Lote 142. Tartesso, Lda ©

Ponto 4 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

- 4.1. Hidroerg – Projetos Energéticos, Lda. Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Público
- 4.2. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Dezembro de 2020 ©

Ponto 5 – CONTABILIDADE

- 5.1. 1.ª Alteração ao Orçamento e 1.ª às Grandes Opções do Plano/2021 ©
- 5.2. 2.ª Alteração ao Orçamento e 2.ª às Grandes Opções do Plano/2021 ©

Ponto 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

- 6.1. Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia. CasteloBrancoApoia. Apoio aos Alunos do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Retificação da Deliberação, do dia 04/12/2020, Tomada sob o Ponto 7.1. Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia. #CasteloBrancoApoia – Alteração do Valor a Transferir para o IPCB)
- 6.2. Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento. Documentos de Gestão Previsional 2021 ©

Ponto 7 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Resumo Diário de Tesouraria do Dia Anterior ©



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Paços do Município de Castelo Branco, 19 de janeiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal

José Augusto Rodrigues Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 3

(n.º 1 do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal reuniu publicamente, por convocatória ordinária, sob a Presidência do Senhor Presidente José Augusto Rodrigues Alves, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Carrega Pio e os Senhores Vereadores Maria José Barata Baptista, Cláudia Alexandra da Fonseca Domingues Soares, Carlos Manuel Lista Semedo, Carlos Barata de Almeida e Hugo José dos Reis Lopes.

A reunião foi secretariada pelo Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Francisco José Alveirinho Correia.

ABERTURA DE REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente cumprimentou os presentes e deu início ao período *antes da ordem do dia*, conforme estipula o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes**: “Bom dia Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Vereadores, Eng. Resende, Dr. Alveirinho, Júlio. Eu podia trazer vários pontos a este *Período Antes da Ordem do Dia*, mas acho que o ponto é mesmo o estado em que estamos: a pandemia. Eu queria somente tecer algumas considerações sobre o tema, nomeadamente, porque estamos a entrar novamente num período de confinamento total que não é fácil para as famílias e para as empresas – estamos aqui a falar de dois setores muito importantes na nossa sociedade –, que precisam de bastante ajuda a vários níveis. Obviamente, temos de reconhecer aqui o excelente trabalho que tem sido desenvolvido e enaltecer os nossos profissionais de saúde e acho que o melhor reconhecimento que podemos fazer aos profissionais de saúde é respeitá-los. Quando eu digo ‘respeitá-los’ é cumprir as regras que são impostas pelo Governo, pela Direção-Geral de Saúde... Temos que apelar, muito seriamente, à população do nosso concelho para que respeite essas regras. Nem todos o têm feito e penso que é extremamente importante que o façam. Por isso, queria fazer aqui esta resenha que o meu colega, o Senhor Vereador Carlos Almeida, ainda vai completar mais. Mas, de um modo geral, era isto que eu queria falar hoje. Obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Muito bom dia. Ex.mo Senhor Presidente. Ex.mos Senhores Vereadores. Uma saudação também muito especial para os Senhores Eng. Resende e



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dr. Alveirinho e, também, um cumprimento ao caro José Júlio. Senhor Presidente, eu reitero os votos que já lhe tínhamos reiterado – para si e para a sua equipa –, relativamente ao ano que temos agora. A minha intervenção – como não poderia deixar de ser, face à situação, que eu diria, dramática em que o país se encontra – vai versar, exatamente, sobre o momento pandémico e, em concreto, no nosso concelho. Governar nas atuais circunstâncias, que fique claro, será seguramente um ato de grande dificuldade. Está a exigir, daqueles que têm responsabilidades, nas diferentes organizações, mas em especial na Câmara Municipal de Castelo Branco, seguramente, nervos de aço... Seguramente está a exigir uma resistência física muito significativa e, também, muita determinação mesmo quando as certezas não são muitas... E não são muitas porque as circunstâncias são muito voláteis e, face às dificuldades que são crescentes, todos os apoios que possam ser dados são sempre manifestamente poucos... E, para quem fizer esta gestão, não deve ser particularmente fácil. Nós estamos perfeitamente conscientes desta realidade e se me permite, Senhor Presidente, nós temos também procurado, na medida do possível, ter algum sentido da responsabilidade quando, de há uns meses a esta parte, temos procurado contribuir com funções e também temos sido recatados nas críticas – acho que temos sido, relativamente, moderados. Todavia, dado alguns desenvolvimentos mais recentes, nós somos levados a sinalizar aqui duas situações que eu gostaria que V. Ex.a as interpretasse como contributos positivos da nossa parte e não como críticas destrutivas ou derrotistas no sentido de desfazer no que quer que seja. Uma das situações que vamos sinalizar refere-se mais à *forma* e uma outra mais à *substância*. No que diz respeito à *forma*, ela prende-se com a questão da informação e da gestão dessa mesma informação. É importante que, na informação, nós sejamos rigorosos e, na medida do possível, também assertivos. A não ser assim, há um risco que se corre, que é de poder confundir, baralhar, a opinião pública. Acho que todos temos que dar, de facto, um sentido para que as pessoas não se sintam baralhadas e para que – aquilo que nós pretendemos enquanto responsáveis, enquanto líderes –, elas sejam levadas a ter comportamentos mais conscientes. Eu vou dar dois exemplos, Senhor Presidente, para tentar ilustrar aquilo que acabo de dizer. O Senhor Presidente pediu, antes de ontem, o encerramento das escolas por quinze dias e, no nosso ponto de vista, esse pedido foi sensato e o tempo até se encarregou de dar-lhe razão. Mas, depois, quando fez a fundamentação desse pedido – que nós acompanhámos – mas aí, permita-me, de facto, entrou no campo do contraditório. Porque, ao afirmar que existem muitos casos nos agrupamentos, simultaneamente, eu não consigo quantificá-los... E nós perguntamo-nos: no que é que ficamos...? São muitos casos, mas não se quantificam... Portanto, reitero, quando se dá uma informação nós temos que ser, na medida do possível, rigorosos e, agora, sobretudo, mais do que nunca. Senhor Presidente, um segundo exemplo. Têm surgido, infelizmente, muitos surtos em lares. Isso não é específico de Castelo Branco, não se deve à irresponsabilidade, seguramente, destas



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

peças de Castelo Branco e, Deus me livre a mim, estar a pedir aqui responsabilidades políticas do que quer que seja, não é disso que se trata. O que nós não achamos correto – mais uma vez, sob um ponto de vista da comunicação e da sua gestão –, é que, quando se proferem declarações públicas que são escutadas pelos cidadãos e que nós queremos, de alguma forma, corrigir... E é bom que isso seja dito pelos responsáveis políticos... Nós temos que corrigir algumas alguns comportamentos individuais e coletivos... De facto, alguns portugueses não têm estado ao nível daquilo que era exigido... E, dizia eu, quando se fazem estas declarações relativamente a alguns lares, é afirmado que tudo está bem, tudo está tranquilo, que os utentes estão assintomáticos, mas, simultaneamente, nós e as famílias vamos sabendo do falecimento de alguns desses utentes. Aquilo que nós apelamos é que a nossa comunicação seja uma comunicação de verdade, que seja uma comunicação rigorosa e assertiva, pensando, sobretudo, neste grande propósito que é os portugueses, os albacastrenses, terem consciência do momento pandémico que vivemos, um momento que não tem qualquer tipo de antecedente na nossa história. Quanto à segunda questão, que é a tal questão da *substância*, e que tem que ver com o estabelecimento de prioridades. Mais uma vez, sublinho, o propósito não é uma crítica derrotista, é no sentido de refazer aquilo que, do nosso ponto de vista, foi uma prioridade incorreta. Neste contexto de grande imprevisibilidade, que é o que vivemos, era espectável que o regresso às aulas, no segundo período, agora em janeiro, fosse um regresso problemático, levando em linha de conta que tinham acontecido as festas do Natal e da passagem de ano. Muitos o disseram, era só uma questão de estarmos atentos à comunicação social: muitos investigadores, muita gente ligada à comunidade da saúde, profissionais de saúde, alguns políticos que, de facto, anteciparam este cenário. Poi bem, o que é que a Câmara Municipal de Castelo Branco fez, neste regresso às aulas...? Senhor Presidente, se me permite: não fez nada e eu acho que poderia ter feito. Podiam ter sido feitos testes PCR aos profissionais de educação. Se não fosse possível fazer a todos, então que se fizesse uma amostra. E testar, também, alguma população no que diz respeito aos alunos. Parece-me que estas questões são legítimas, se me permite, e a ausência de alguma ação, por parte do Município, aqui é relativamente incompreensível, levando em conta algumas razões, mas eu vou sinalizar uma que eu acho que é particularmente pertinente: quando foi no início da pandemia, a Câmara Municipal de Castelo Branco fez um ajuste direto de um valor muito significativa. Nós, na altura, não criticámos, é verdade, mas, se me permite, achamos incorreto. Foi um ajuste direto de cento e vinte e cinco mil euros para fazer testes serológicos. Nós desde o início que sabíamos que os testes serológicos são de uma utilidade muito limitada... Todos sabemos que os testes serológicos são sobretudo usados para estudos epidemiológicos... E a minha pergunta é: será que houve algum estudo relativamente a estes testes serológicos no nosso concelho...? Será que nós sabemos qual é a percentagem de pessoas no nosso concelho que estão



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

imunes...? Senhor Presidente. Chegados aqui, somos levados a concluir que, no que diz respeito aqui a uma outra prioridade, elas têm de ser mais ponderadas porque, aqueles cento e vinte e cinco mil euros, nalgumas circunstâncias, eu acho que transmitiram uma segurança, mas foi uma falsa segurança e, objetivamente, não tiveram nenhuma repercussão. Quero deixar uma nota final e, seguramente que esta é que é a mais importante. Nós, de facto, vivemos o período mais crítico da nossa existência. A atual situação não tem qualquer tipo de comparação e, provavelmente, aquilo que nós podemos comparar é nalgum filme de ficção científica que tenhamos visto ao longo das nossas vidas. Há uma ameaça real há nossa saúde, há uma ameaça real aos nossos valores civilizacionais, nós estamos a deixar morrer muitos dos nossos pais e avós sozinhos, não os podemos acompanhar nos funerais, não lhes podemos fazer a nossa última despedida e isto é uma ameaça a tudo aquilo que nos foi ensinado e transmitido pelos nossos antepassados. Portanto, é um momento de mais do que nunca nos unirmos, não tem que haver aqui diferenças ideológicas partidárias, de ter um sentido elevado de pertença a uma comunidade, e o que é exigido a todos nós é que tenhamos comportamentos responsáveis para nos proteger, em primeiro lugar a nós e, simultaneamente, ao fazê-lo também estamos a proteger os outros. Bem-haja, Senhor Presidente.”

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio**: “Bom dia Senhor Presidente. Senhoras Vereadoras. Senhores Vereadores. Dr. Alveirinho. Eng. Resende. José Júlio. Restante Público presente. Em linha daquilo que já foi dito, também gostaria de dizer umas palavras relativas à questão *Covid*. A situação que estamos neste momento a atravessar é, ao contrário do que eram as nossa expectativas, muito delicada e estamos novamente numa situação de confinamento profundo e que afeta a vida de todos. Sabemos que isto deriva muito dos nossos comportamentos. Nunca é demais sensibilizar para que as pessoas tenham, dentro daquilo que são as suas possibilidades, comportamentos adequados, ao nível do distanciamento social e ao nível de algumas regras de higiene, nomeadamente, a lavagem das mãos. Mas, infelizmente, passados praticamente dez meses desta situação *Covid*, a nível comportamental, ainda temos algum trabalho a fazer – isto do ponto de vista da comunidade, da população. Tal como já foi referido pelo Senhor Vereador Hugo Lopes, nunca é demais valorizar o trabalho dos profissionais da *linha da frente*. Um trabalho de desgaste – emocionalmente e fisicamente – e agora deparam-se com um novo momento de grandes dificuldades e, por isso, desejamos-lhes força para o bem de todos, porque o trabalho deles é fundamental para que as coisas possam correr bem. Gostaria – se me permitem também –, de valorizar o trabalho, concretamente, do Senhor Presidente da Câmara, que tem sido um elemento presente nesta luta, ora por aquilo que desenvolve em nome da Câmara Municipal, ora na articulação com as diferentes entidades que no terreno tentam combater esta questão, sabendo que a gestão da informação é sempre difícil, é sensível e que se quer, obviamente, equilibrada... Muitas vezes, a conjuntura e o momento obrigam



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a equilíbrios de informação. Como tal, também valorizar o trabalho, não só do Senhor Presidente da Câmara, mas também de todas as instituições que no terreno tentam combater e enfrentar as dificuldades. Permitam-me, ainda, fazer uma resenha daquilo que tem sido o desenvolvimento de algumas ações da Câmara Municipal, face a este novo confinamento, uma vez que é importante realçar o trabalho que tem sido feito. Eu destacaria aqui quatro pilares, começando pela área da educação. Por aquilo que me apercebi, o encerramento das escolas, por decisão tomada ontem, tem muito a ver com a nova variante *inglesa*, como ela é designada, que tem uma incidência na comunidade escolar que não existia, ou que se julgava não existir, e, como tal, a forma como se olha para a população escolar em novembro ou dezembro, não é a mesma com que se olha agora... É importante percebermos as coisas no seu momento, e as decisões que foram tomadas no seu momento... Mas, relativamente à educação, como eu estava a dizer – e no seguimento das decisões de ontem –, já ontem, ao final do dia, junto de toda a comunidade, foram definidas as escolas de apoio, quer para a questão da creche, pré-escolar e ensino básico, neste caso, uma escola de cada agrupamento mais uma instituição particular de solidariedade social, que garantem as escolas de acolhimento para os filhos dos profissionais dos serviços essenciais – o que lhes permite continuar a trabalhar e, também, com o respetivo fornecimento de refeições, caso seja necessário a título gratuito, obviamente. Também está garantido, em cada escola de acolhimento, a produção e o fornecimento de refeições ao Escalão A e ao Escalão B, obviamente, também, a título gratuito – numa perspetiva de garantir a continuidade do apoio social às famílias mais carenciadas. E, também, a título informativo, a questão do transporte público também se vai manter, mas numa perspetiva de horários não escolares, para se continuar a garantir o transporte a pessoas que têm necessidade desse mesmo transporte. Pensamos que assim estamos em linha com aquilo que são as orientações governamentais, estamos em linha e em estreita articulação com os diretores de agrupamentos e com as diferentes instituições, no sentido de continuar a apoiar toda a comunidade, nomeadamente, aqui a questão da comunidade escolar do ponto de vista de outras necessidades que existem, para além das atividades letivas. Um outro pilar que eu gostaria de destacar tem a ver com o desporto. No seguimento deste último estado de emergência, houve o encerramento de muitos equipamentos desportivos, mas em linha com aquilo que foi determinado, continuase a garantir o desporto federado sénior, pelo menos enquanto ele for viável. Mas, de certa forma, estamos a garantir que isso seja possível. Associado a isto, é bom lembrar o apoio extraordinário às associações – não só desportivas, mas também recreativas e culturais –, que foi deliberado, não sei se em novembro se em dezembro, um valor global de cento e cinquenta mil euros, muito importante para ajudar as associações a subsistir a este período tão difícil. O terceiro pilar que eu gostaria também de destacar tem a ver com a coesão territorial e com as freguesias. Se é um momento difícil para toda a comunidade, obviamente que



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

eles são ainda mais difíceis para as nossas freguesias que muitas vezes, já por si um pouco isoladas, nestes momentos, estas coisas agudizam-se e é fundamental estarmos presentes, na medida do possível. Eu destacaria aqui duas questões: uma é que, ontem nas orientações governamentais, foi dito que as lojas do cidadão eram encerradas... Bom, mas já temos a certeza que os espaços cidadão presentes nas nossas freguesias vão manter-se abertos com pré-marcações; ou seja, as pessoas, nas freguesias onde estes espaços cidadão já existem, poderão continuar a resolver algumas questões relacionadas com os serviços que lá são prestados – tal como outros serviços que as juntas de freguesia proporcionam. Destacaria aqui a existência desses espaços cidadão, que desde a sua existência no nosso concelho – praticamente um balanço de seis meses –, já fizeram mais de mil atendimentos, o que significa que foi um serviço que valorizou a própria freguesia, a própria comunidade e isto é, claramente, uma medida de forte coesão territorial. Mas destacaria também a medida que foi aprovada na última reunião de Câmara que tem a ver com o apoio extraordinário às IPSS's, muitas delas das nossas freguesias, e que são elas que permitem continuar a garantir alguma tranquilidade social, nomeadamente, naquilo que diz respeito à população mais idosa – e o *feedback* que temos é que este apoio extraordinário foi muito bem-vindo porque há um acréscimo de custos relacionados com todas as medidas de segurança que a *Covid* exige. Por último, destacaria também aqui toda uma vertente social – o último pilar, o social... Mais as famílias... Não só a questão das IPSS's, que foi um valor muito significativo, trezentos mil euros... Mas também o apoio às famílias com o ponto que hoje, à partida irá ser aprovado, que tem a ver com a medida de apoio ao pagamento parcial das propinas dos alunos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, com residência em Castelo Branco, que vai ter um valor de duzentos e sessenta e cinco mil euros e, com certeza, vai aliviar muito os orçamentos das famílias do nosso concelho que é sempre bem-vindo, numa altura de tanta incerteza e tantas dificuldades. Para finalizar, desejar a todos muita saúde e que estejamos, efetivamente, unidos nesta guerra contra um inimigo invisível contra o qual temos que juntar-nos para ultrapassar esta fase. Muito obrigado.”

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cláudia Domingues Soares**: “Cumprimentar o Senhor Presidente. Senhora Vereadora. Senhores Vereadores. Funcionários desta casa. Comunicação Social e Caro Cidadão. No mundo, numa atualidade em que tudo o que estamos a atravessar, de todo, fazia parte das nossas piores previsões... Num mundo em que atualmente tudo muda muito depressa e *o que é hoje já não é amanhã* e, portanto, em que existe uma necessidade de atualização – quase que já não é só ao dia, é quase há hora –, não obstante da principal preocupação que nos envolve, neste momento, ser as questões da saúde, as questões de como é que vamos ultrapassar este momento crítico. Pede-se, essencialmente, um comportamento individual responsabilizado em que cada um faça a sua parte. E, quando cada um faz a sua parte, não quero com isto dizer que fiquemos obrigatoriamente em casa, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

porque, se pudermos, ficamos em casa. Não podemos esquecer que temos muita gente a trabalhar na primeira linha que tem que sair de casa, que tem que trabalhar e esses, de alguma forma, devemos dar espaço, não atrapalhar e permitir que possam fazer o seu trabalho. As preocupações são inúmeras e hoje aqui trago-vos mais uma que nós temos, nomeadamente com a parte da economia e com o trabalho que se tem vindo a realizar, com o apoio que se tem vindo a prestar nesta área, conscientes que todos os apoios são poucos, curtos, para as necessidades e para a situação crítica que se atravessa. Estamos muito preocupados com o impacto que pode advir deste 'fecho de portas', mas, também, com esperança nos inúmeros apoios já criados pelo Governo Central. Em jeito de balanço, quero aqui focar-vos algumas situações que temos vindo a ter uma postura ativa, na área da economia. Numa das últimas reuniões, tive já oportunidade de fazer um balanço sobre o *Natal Branco*, mas quero deixar aqui um agradecimento a todos os albicastrenses que se envolveram nesta dinâmica, quer com as suas montras, quer com as suas rotundas, quer com a sua varanda e que, acima de tudo, ajudaram e contribuíram para que a dinâmica do comércio pudesse, de alguma forma, tornar esta época um bocadinho mais positiva e favorável para todos e, portanto, um bem-haja a todos aqueles que compraram no comércio local. Quero partilhar este propósito convosco... As senhas no âmbito da iniciativa *Natal Sorte*... Cerca de sessenta mil foram distribuídas pelo comércio local, o que significa que, pelo menos sessenta mil tranches de vinte euros, foram distribuídas pelo comércio local. O que significa que, efetivamente, a nossa economia mexeu durante este período e, se isso acontece, estamos muito gratos a todos aqueles que ouviram os vários apelos no sentido de incentivar a compra no comércio local. Tudo isto e toda esta dinâmica foi possível pela excelente parceria e pelo excelente trabalho da Associação Comercial de Castelo Branco que, em articulação com o Município concretizámos com sucesso esta dinâmica. Partilhar, também, convosco outra iniciativa. O Município arrancou no passado fim-de-semana o *serviço de entrega ao domicílio de refeições*. Esta iniciativa surge em articulação com a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (Antral) e conta com o apoio da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (Ahresp) na divulgação junto dos estabelecimentos de restauração e similares. É um projeto piloto. As entregas são feitas com base no serviço de táxis. Os restaurantes apenas têm que sinalizar, junto da central de táxis, que existe um pedido para efetuarem. Quem tiver interesse em usufruir deste serviço poderá ligar para o restaurante e pedir, ao abrigo deste protocolo com o município, que possa assegurar a entrega da refeição ao domicílio. Para que isto funcione, é necessário que os táxis, na sua origem, possam e queiram aderir a esta iniciativa, nomeadamente à aplicação que a sustenta. Nem todos os táxis estão disponíveis para aderir a esta dinâmica porque alguns, felizmente, têm compromissos com base regular que os impedem desta disponibilidade de a qualquer momento ser chamados. Esta não é uma iniciativa pioneira no país, existem



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

outras cidades que já arrancaram com ela, mas posso partilhar convosco de que está a correr de forma positiva. Conseguimos apoiar, com esta iniciativa, a restauração, conseguimos apoiar os serviços de táxis, mas também conseguimos impedir que as pessoas se deslocassem, como aconteceu no passado fim-de-semana, aos restaurantes para levantar a sua comida em modelo *takeaway* e permanecessem no seu domicílio e, aí sim, rececionassem o seu pedido. Por outro lado, também se está a incentivar, desta forma, a digitalização dos pagamentos – a incentivar que as pessoas utilizem mais estes serviços e a tecnologia ao dispor, quer em termos dos pagamentos, quer em termos da aplicação dos pedidos. Uma terceira nota que quero partilhar convosco, tem a ver com a dinâmica do *CB.CompraLocal* e dizer-vos que ontem, dia vinte e um, avançou uma iniciativa de forma a incentivar a compra digital. Uma das tendências que veio para ficar em termos de futuro é, efetivamente, a compra *online* ou *e-commerce* e a partir do dia vinte e um de janeiro, ontem, até ao próximo dia vinte e oito de fevereiro, se fizerem compras no *CB.CompraLocal*, em valores acima dos vinte e um euros, os portes são gratuitos e, além disso, por cada vinte euros de compras, é atribuído automaticamente um *voucher* que poderá ser gasto na restauração. O que significa que: por um lado, se incentiva a que aqueles que neste momento têm as suas portas fechadas possam continuar com a sua dinâmica de negócio; e por outro, os *vouchers* permitem que haja um desconto de dois euros e meio nos restaurantes que aderirem e, como tal, estamos também a incentivar a dinâmica junto da restauração. Isto é, novamente, uma iniciativa que decorre em articulação com a ACICB. Termino, como comecei, apelando a cada um de vós, a cada um de nós que, se pudermos, fiquemos em casa. Muito obrigada.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Lista Semedo**: “Senhor Presidente. Senhores Vereadores. Diretores de Departamento. Júlio Cruz. Municipais. Muito bom dia a todos. Parece, eventualmente, estranho – num ambiente em que temos uma pressão tão grande sobre a nossa vida, em termos particularmente incisivos na área da saúde –, que eu venha falar um pouco sobre a cultura em tempos de pandemia. Mas eu gostava de lembrar, em primeiro lugar, que o setor da cultura é economicamente muito relevante a nível nacional, internacional, obviamente, mas também ao nível local. Esta dimensão tem uma importância capital que eu creio que é contrabalançada com uma outra, que contribui bastante para aquilo que é não só a qualidade de vida das pessoas, mas também para a possibilidade que as pessoas têm de dar sentido à sua vida. Ou seja, as atividades culturais são extremamente importantes para um equilíbrio emocional, para um equilíbrio que pode conduzir a uma maior lucidez, a uma maior presença, a uma maior capacidade de pensar aquilo que se está a passar. Não é por acaso que muitas vezes, através das atividades artísticas, que são feitas leituras impactantes, no momento, ou às vezes à posteriori, sobre aquilo que se está a passar. E o momento que estamos a passar é absolutamente incontornável na sua escala, em termos do impacto que está a ter nas populações em todo o mundo e, em particular, na nossa comunidade. Eu gostava de dar,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sobretudo, informações bastante práticas e diretas, em primeiro lugar, relevando aquilo que foi a ação do Município em termos da atividade cultural. Em primeiro lugar, o melhor do esforço que foi feito... E que já aqui foi referido anteriormente... Dotar os equipamentos culturais da capacidade de, ao nível da higienização e da possibilidade de receber o público cumprindo todas as normas exigíveis e, às vezes, ir até mais além das próprias normas... Um aspeto exemplar que me pareceu importante foi, mesmo nas iniciativas ao ar livre, nas quais, muitas vezes, não era exigido tanto, o Município teve o cuidado de dar o exemplo desde o princípio, exigindo muitas vezes aquilo que só era exigido nos espaços interiores. Eu creio que foi um belíssimo exemplo nos espetáculos realizados ao ar livre. E depois, a questão quantitativa das atividades realizadas. A programação cultural, a partir de quinze de junho de dois mil e vinte, manteve-se com uma intensidade particularmente interessante e eu vou dar alguns números. Nós realizámos: trinta e uma sessões de cinema; quinze espetáculos de teatro; dois espetáculos de dança; quarenta e seis concertos de diversos tipos de música – isto é muito importante; seis lançamentos de livros; e sete sessões do programa *Por Terras de Xisto e Granito*, um pouco por todo o concelho, nas nossas freguesias. Para terem uma ideia, no primeiro trimestre do ano passado, aquilo que foi possível em termos de programação cultural – porque, como sabem, a partir do dia doze, treze de março tivemos de encerrar os espaços culturais –, nós tivemos, nesse período entre janeiro, fevereiro e a primeira semana de março: dezoito sessões de cinema; nove espetáculos de teatro; dois espetáculos de dança; catorze concertos de diversos tipos de música; e quatro sessões de *Por Terras de Xisto e Granito*. Esta manutenção da intensidade que foi algo que teve uma boa resposta por parte do público, obviamente, condicionada, em primeiro lugar, pelas lotações permitidas pela própria DGS. Estamos a falar, no caso do Cine-Teatro Avenida, de uma sala com setecentos lugares, que passou a ter uma lotação máxima de, aproximadamente, de trezentos e cinquenta – e não se espantem com o ‘aproximadamente’, porque tem muito a ver com a quantidade de coabitantes que o frequentam, portanto, a lotação não é fixa, mas é ‘aproximadamente’ metade da lotação do Cine-Teatro... Também o medo das pessoas frequentarem alguns espetáculos... Tudo isso condicionou a presença das pessoas, mas a resposta foi muito interessante. Gostava de referir a abertura de novas exposições, nomeadamente na Casa Amarela – na Galeria Municipal –, no Centro de Cultura Contemporânea, três exposições na Sala da Nora, duas no Museu do Canteiro e duas no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. A dinâmica expositiva a manter-se em tempo de pandemia. Duas ou três iniciativas especiais – vou-lhes chamar assim –, que gostava de destacar. Em primeiro lugar, o *Estar Perto*, doze gravações feitas com recursos humanos e artísticos da nossa zona, todos músicos ligados ao fado, à música tradicional. Como aqui já foi referido noutra ocasião, foram gravações distribuídas por todos os lares e centros de dia, para serem vistas através dos meios possíveis em cada um desses locais. Tivemos uma iniciativa muito importante, na minha opinião,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de incentivo à música moderna, com um certo destaque para os jovens, as *Noites do Clube*, em que realizámos três concertos com a participação de onze bandas albicastrenses, mostrando, também, uma vitalidade que me parece importante em relação àquilo que é a caracterização da capacidade de criar dentro do próprio concelho. Finalmente, e agora mais recentemente, o *CB Apoia Cultura*, uma das suas iniciativas que ainda está a decorrer ao nível da promoção das áreas da dança, do teatro e da música, com pequenos vídeos que os artistas do nosso concelho podem enviar e que são publicados no *CB Acontece*, numa primeira ligação ao Natal Branco, e agora em continuidade e que teve uma adesão muito interessante – ainda não podemos fazer um balanço –, mas teve uma adesão muito interessante nos diversos de áreas artísticas. Termino com uma referência à *Fábrica da Criatividade* que em tempo de pandemia acabou por ter os meses mais preenchidos que foram os últimos meses de dois mil e vinte, com a maior ocupação de sempre, com praticamente a totalidade dos espaços a serem utilizados, o que mostra uma enorme vitalidade. Agora, termino fazendo referência à questão pandémica e a desejar a todos os presentes e a toda a nossa comunidade que este momento seja ultrapassado da melhor forma, que consigamos manter a lucidez e a esperança de acreditar que o futuro vai ter um horizonte definido muito em breve. Muita saúde para todos.”

Tomou a palavra o **Senhor Presidente José Augusto Alves**: “Antes de mais eu vou agradecer as palavras que foram dadas a toda à equipa que desde o dia treze de março tem suportado toda esta situação de *Covid* no concelho. Também vou reiterar, de uma forma transversal o apoio solidário para com todos os profissionais de saúde e todos aqueles, que de uma forma presente, diária, estão a fazer que a vida de nós todos seja menos preocupante. No entanto, isso deve-nos permitir pensar na nossa responsabilização individual porque é com ela que nós conseguimos a acalmia desta situação pandémica na nossa região e em todas as regiões do nosso país e do mundo inteiro. As críticas são sempre bem-vindas, principalmente quando são construtivas. Todos nós aprendemos com esta situação de pandemia. Longe de mim pensar que se está a fazer tudo bem, há sempre um nível de aprendizagem, de lições apreendidas, que nós todos temos que diariamente e sistematicamente desenvolver e, se for necessário, voltamos atrás... Obviamente que isso também nos permite ter uma coisa que se chama humildade e que às vezes falta. Mas, também, não podemos por em causa a nossa coragem, a nossa abnegação, a nossa determinação, ainda mais quem está em lugares de liderança, em lugares de desempenho de funções que são determinantes para uma comunidade, para as pessoas, para as nossas gentes. O Senhor Vereador Hugo Lopes referiu aqui a situação, enalteceu o papel dos profissionais de saúde, a situação das famílias, das empresas... A Câmara Municipal tem apoiada ao longo deste período de uma forma, eu diria, abrangente e tal tem suscitado grandes agradecimentos, mas nós não o fazemos pelos agradecimentos, fazemo-lo porque é imperioso da parte Câmara Municipal dar esses apoios a quem precisa neste momento. Senhor Vereador Carlos Almeida



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

falou em 'nervos de aço'. Eu quero-lhe dizer que 'nervos de aço' é aquilo que nós todos temos que ter. Penso que, por mais noites mal dormidas, ou não dormidas... Por vezes surgem que até nos enchem de orgulho, outras que nos deixam, se calhar, apreensivos, porque parece que as pessoas se afastam, ou tentam afastar-nos daquilo que é o mais importante. Quando se fala em números... Principalmente nesta altura, andamos numa fobia de números: quantos infetados há nas escolas, nas instituições, nas empresas... Quero-vos dizer que o tempo nos permite hoje ter uma avaliação diferente daquela que era em junho ou julho. Por exemplo: quando nós fazemos testes numa instituição e detetamos que há um caso positivo – vai-nos suscitar que vão haver mais – e às vezes fazem-se logo testes imediatos e o que é que acontece...? Acontece que temos testes positivos e testes negativos, o que na gíria se chama 'falsos negativos'. O tempo permite-nos tecer aqui algumas considerações e fazer de maneira diferente à que se fazia há alguns meses atrás... E o que é que fazemos? Imediatamente consideramo-los todos como se fossem positivos... E isso, não o sendo. Ao longo do período subsequente vamos testando, assim como a parte da saúde pública nos vai orientando, para que consigamos ter as pessoas confinadas de acordo com o seu grau: se são positivos ou negativos. No entanto, de uma forma geral, podemos dizer que são todos considerados positivos. Mas, depois, vamos ajustando estas circunstâncias, esta operacionalização e chegamos à conclusão de que nem todos são positivos. Depende de muita coisa, não vale a pena... Nem somos nós que somos as pessoas que estão mais à vontade para o dizer... E, então, surgem as maiores declarações, eu diria, que não ajudam nada, pronto. Só para vos dar aqui um exemplo, ontem, numa determinada instituição fizemos testes a um grupo que nós não estávamos certos de que eram positivos ou negativos. Inicialmente tinham dado negativos e ontem da parte da tarde fizemos testes a um determinado grupo. Para conforto de todos, esses testes deram todos negativos. O que quer dizer que esse grupo de pessoas já podem transitar para uma área 'não Covid' o que permite ter um balanço diferente em termos de carga sobre os funcionários e sobre as pessoas, como é óbvio, e os números, estão a ver, se tivéssemos dito que 'eram logo não sei quantos', afinal não eram 'não sei quantos'... Mas, se dizemos que são só um ou dois, as pessoas pensam, 'afinal é só um ou dois', estão a ver? E isto, às vezes, é ingrato. A mesma coisa se passa nas escolas. Ao longo dos tempos nós temos ganho alguma – eu não queria chamar-lhe aqui 'competência', mas corro o risco e vou chamar-lhe 'competência'. Por exemplo, numa determinada turma temos um, dois, três, quatro infetados. Depois podemos ter não sei quantos dessa determinada turma em casa, fruto de alguma situação de famílias – do pai, da mãe, de ambos, de irmãos – e faz com que a turma, num número significativo, esteja em casa confinada. Estarmos a dar números que nós não temos, porque esses números são da saúde pública, como sabem... Mas temos um grau de perigosidade, em termos de Covid... Quando eu afirmo e não me arrependo... O Senhor Vereador Carlos Almeida até disse



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que andei um passo à frente, no que diz respeito ao fecho das escolas... Também não podia estar ali a dizer – porque também não tínhamos um universo, já com alguma dimensão, de números infetados – mas que depois também não é real, porque depois temos os outros que, eventualmente, estão até a aguardar testes... Eram um número significativo e que não tínhamos essa dimensão quantificada, estão a ver? Tínhamos um 'número grande', mas também não podíamos dizer que era um 'número grande', porque depois, na execução do teste, poderia não ser esse o resultado final, podia ser 'menos'. Aliás, em alguns casos, felizmente, até foi menos – o que não deixa de ser um número significativo, até porque nós temos que preocupar-nos, quer sejam um, ou dois, ou três, ou quatro... Esta doença, uma das coisas que nos tem ensinada, é que de um caso, rapidamente a circunferência se vai alargando. Esta é a explicação, em termos de saúde pública, que me dão e eu não posso estar aqui a contrariar quem sabe mais destas coisas em termos científicos, as pessoas da área. Em relação aos testes, já falámos da outra vez, na verdade foram testes serológicos. Os resultados que nos chegam é de que forma praticamente todos – eu já disse isto o outro dia –, quase cem por centos, todos não detetados. O que quer dizer que o estudo é tão simples de fazer como digo: não havia imunidade de grupo para aquelas pessoas que fizeram o teste. Em relação ao Senhor Vereador Carlos Almeida, tece aqui, em relação ao regresso às aulas, que a Câmara Municipal não fez aquilo que lhe competia. Eu quero dizer-lhe que, se há coisa que tem existido ao longo dos anos, é o diálogo com todos os parceiros, neste caso, os senhores diretores dos agrupamentos de escolas. Quando o Senhor Vice-Presidente Jorge Pio fala aqui, precisamente neste desiderato, eu quero-lhe dizer que isto é real. Ainda ontem, após o anúncio do fecho das escolas, de imediato, foram tecidos contactos exploratórios, no sentido de rapidamente reorganizar, diria, todo o sistema educativo do concelho, para que hoje as pessoas tenham essa possibilidade, no que diz respeito a deixar os filhos dos trabalhadores essenciais que são muitos: profissionais de saúde, trabalhadores das IPSS's, bombeiros, proteção civil, forças de segurança – estão a ver, é um número significativo de pessoas. E, quero aqui dizer de uma forma mais esmiuçada, que ficou assente que o pré-escolar seria sediado num espaço. Um agrupamento tem uma oferta numa escola desde o pré-escolar até ao ensino básico e, neste caso, ficou a escola sede do Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, precisamente, a Escola Secundária Amato Lusitano; ficou, no Agrupamento de Escolas Nuno Álvares, a Escola Secundária Nuno Álvares; no caso do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, ficou a Escola Básica Afonso de Paiva; e no caso do Agrupamento de Alcains, ficou a escola de Alcains. No que diz respeito à creche ficou o Centro Social Padres Redentorista, desta vez, neste período, para que haja aqui... Da outra vez tinha ficado a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, agora vamos partilhando esta possibilidade... Até porque a pressão é muita sobre as instituições, todas elas, e é preciso termos esta consideração presente. Todos os apoios que as escolas manifestaram, por intermédio dos seus diretores,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

estão a ser feitos. Isso foi feito com a Câmara Municipal e nós estamos cá para isso. O Senhor Vice-Presidente falou no pilar do desporto, de todo o apoio que nós temos feito. As coisas às vezes alteraram-se em oito dias, mas estamos cá para nos adaptar e readaptar. Faz aqui um comentário sobre o Espaço Cidadão, com mais de mil atendimentos. Isto tem muito a ver com a pessoa, a sua necessidade de se deslocar e deixa de se deslocar porque vai ao Espaço Cidadão e resolve o seu problema. É uma mais-valia, as pessoas sentem o assunto tratado e deixam de sair da sua localidade. Os apoios extraordinários que têm sido feitos. Ainda hoje o caso das propinas para o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) – aliás, que já tinha sido falado e vai ser hoje aqui formalizado nesta reunião. Também, no caso da Senhora Vereadora Cláudia Soares, fala aqui dos apoios à economia que estão a ser feitos; no *Natal Branco*, eu penso que apesar das condições todas, acho que foi uma aposta ganha e a forma como foi feito e, acima de tudo, privilegiou as parcerias, como temos feito sempre. Como temos dito, isto é um trabalho de equipa. Sempre o temos dito: se nós queremos fazer um apoio em que identificamos uma necessidade, no caso do IPCB, falaremos com o IPCB, no caso do comércio e dos serviços, falaremos com ACICB e isso é uma mais-valia porque eles estão no terreno, sabem, conhecem o nicho que dominam e para nós é muito mais fácil. Falou aqui, também, na entrega de refeições ao domicílio. Tivemos que dialogar aqui com duas organizações ao nível nacional, até porque elas tinham já experiência noutros municípios: a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (Ahresp) e a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (Antral). Estamos a fazê-lo só em Castelo Branco porque não nos foi fisicamente possível, pois não havia a estrutura para exceder além de Castelo Branco – não há muitos táxis que tenham aquela plataforma que permite este apoio. O *CB.CompraLocal*, eu acho que cada vez mais nos viramos mais para a área digital. A pandemia já nos ensinou isso. Portanto, no que diz respeito à compra digital, os portes são gratuitos, e aí temos uma dimensão tripla: a restauração, o comércio local e as famílias. Neste período de maior confinamento que estamos a viver a partir de hoje, evidentemente que esta é uma mais-valia para todos que necessitam de alguma coisa. O Senhor Vereador Carlos Semedo fala aqui da cultura, que agora ficou um bocado também confinada. Mas não quer dizer que nos vai inibir de fazer alguma coisa. Até porque fala aqui que é necessário envolver as pessoas para proporcionar àqueles que estão em casa um equilíbrio emocional. Não é fácil estar em casa dia-após-dia. Nos tempos que correm, todos estamos sujeitos a isso. Se tivermos ali uma forma de convivência diferente, isso vai-nos permitir passar um bocadinho mais o tempo. Como se costuma dizer: um pássaro que não é de gaiola é uma chatice, não é...? Os pássaros não são de gaiola, os pássaros gostam de voar e nós também gostamos. O problema é que, neste momento, a situação responsável é ficarmos em casa. Ficamos cada vez mais em casa e sermos responsáveis pelas nossas atitudes e pelos nossos comportamentos sabendo de antemão que isso vai ser



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

fundamental para a nossa sobrevivência física – nossa e de todos os que nos rodeiam. Eram estas palavras que queria dar-vos e dizer-vos que sempre podem contar com a equipa, com todos e, como foi dito aqui por alguns: todos, em conjunto, é sempre mais fácil atingir os objetivos. Neste momento todos somos importantes, todos somos fundamentais, para passarmos esta situação – temos aquela incógnita à frente do nariz, como se costuma dizer, que não sabemos quando é que acaba. Queremos fazer expectativas, mas não temos segurança, não temos caminho para dizer dessas expectativas.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Senhor Presidente, se me permite, eu vou ser muito telegráfico e não interprete esta minha segunda intervenção como uma tentativa de tirar mais esforço. Mas eu gostaria de deixar-lhe dois reptos. Mas antes de deixar-lhe dois reptos, deixe-me só fazer-lhe aqui uma ou duas considerações. Uma primeira consideração tem a ver com o seguinte. Esta questão da gestão da pandemia, num contexto de concelho – no qual nós temos responsabilidades acrescidas –, ou num contexto nacional ou supranacional – numa comunidade europeia – tem muito a ver com a questão dos comportamentos e das atitudes das pessoas. Esta questão é da maior relevância. E são, exatamente, os comportamentos e as atitudes que permitirão fazer a diferença entre termos uma situação mais tranquila ou, eventualmente, estarmos a viver a situação em que nos encontramos. E, a ser assim, a comunicação e a forma como comunicamos é da maior importância. A comunicação foi sempre muito importante, sobretudo em política. Mas, nesta circunstância, ela ainda é mais relevante. Repare, a título de exemplo, o que se passou com as escolas em Portugal. É uma situação de que os responsáveis políticos têm que tirar as devidas aprendizagens e, pegando num termo que o Senhor Presidente disse – e bem –, com alguma humildade também aprender com os erros. Nós não podemos, na semana passada, anunciar ao país um conjunto de medidas para um confinamento, onde dizemos taxativamente, com base na evidência científica: ‘as escolas não podem fechar’... Na segunda-feira, o Senhor Primeiro-Ministro reitera, exatamente, esta mensagem... Terça-feira – desta semana –, recua numa medida e diz que os ATL vão abrir... Quarta-feira, antes de ontem, inicia-se a testagem rápida nas escolas... Para no dia seguinte, quinta-feira, se anunciar ao país que as escolas vão fechar. Portanto, é uma mensagem errática, contrária, que baralha as pessoas, que confunde. E é nesse sentido que eu lanço o repto: no que diz respeito à gestão da informação no nosso concelho... Eu não vivo na fobia dos números, eu não quero números... O que peço é que não haja uma gestão comunicacional de fobia, de alarmismo, não pretendo isso. Obviamente, quem tem responsabilidades, como é o caso de V. Ex.a, tem acesso a informação privilegiada e nalguns casos é mais do que aceitável que a guarde para si. Mas nós temos que ter uma mensagem realista para que as pessoas caiam em si e ganhem consciência de que os comportamentos, as suas atitudes, farão toda a diferença. É este o repto que, se me permite, eu lhe lanço. Há um segundo repto que eu lhe lanço: guarde o dinheiro



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

para os testes de PCR, porque ele vai-nos fazer falta. Não sei se nos vai fazer falta no regresso das aulas do terceiro período. Não sei se nos vai fazer falta no regresso às aulas do próximo ano letivo. Mas eu estou convicto que ele nos vai fazer falta. Obrigado.”

O **Senhor Presidente José Augusto Alves**: “Senhor Vereador. Agradeço-lhe as suas palavras e há pouco, pura e simplesmente, olvidei-me de dizer uma palavra. Quero dizer-lhe que o último apoio que nós demos ao hospital, à ULS, foi para a aquisição do equipamento destinado a fazer a desinfeção do hospital – uma situação que o hospital não tinha – e também os testes rápidos. Porquê? Porque entendemos que deve ser a saúde a controlar tudo isso porque, por vezes, chegam-nos – ainda hoje vamos ter mais uma reunião às 11 horas, da Comissão Restrita da Proteção Civil – e continuam a chegar algumas entidades, que fazem testes que depois não chegam os resultados à saúde pública e isso torna-se um pouco ingrato no sistema, porque depois a articulação, o apoio, a forma de contactos... E isso é complicado. Por isso entendemos e fizemo-lo... Aliás veio aqui à reunião de Câmara... São cento e tal mil euros, eu não tenho presente quanto é... E, no fim de contas, esses testes, serão lançados na altura que a saúde assim o entender, mas, ao contrário de muitos outros hospitais, porque a pressão é enorme... A Dr.a Eugénia André, Diretora Clínica da ULS – nós falamos todos os dias, já falámos hoje –, deu uma entrevista aos órgãos e comunicação social, uma entrevista nua e crua da área da saúde e no caso concreto do hospital e por isso estava lá a equipa da Dr.a Eugénia André... Mas, também, dizia eu, que nós temos no hospital, segundo dizem, ainda capacidade de PCR's – portanto, zaragatoas, vamos chamar-lhe assim – para fazer, no entanto, quando a saúde sentir que avançará para esse sistema. E, se for necessário avançar com mais alguma coisa, nós cá estamos, como é óbvio, e também contamos convosco para esse apoio, no sentido de que estamos a acompanhar, estádio a estádio, prevendo o próximo – no fim de contas, projetando, se for caso disso, para a sua execução. E é isso que nós temos feito e foi nessa perspetiva que eu disse que queria o fecho das escolas, aos órgãos de comunicação social que me entrevistaram.”

Não havendo mais pedidos para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrado o período *antes da ordem do dia* e conduziu os trabalhos para o período da *ordem do dia*, conforme estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATAS (n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Foi presente, para discussão e aprovação, a ata da reunião ordinária de dia 18 de dezembro de 2020 (Ata n.º 36) que, posta a votação, foi aprovada por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi presente, para discussão e aprovação, a ata da reunião ordinária de dia 8 de janeiro de 2021 (Ata n.º 1) que, posta a votação, foi aprovada por unanimidade.

Foi presente, para discussão e aprovação, a ata da reunião extraordinária de dia 15 de janeiro de 2021 (Ata n.º 2) que, posta a votação, foi aprovada por unanimidade, não tendo votado o Senhor Presidente, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA.

Ponto 2 – OBRAS MUNICIPAIS

2.1. Eixos Cicláveis Prioritários da Modalidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 2.

Suspensão do Prazo da Empreitada

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 178, de 15/01/2021 da Divisão de Obras, Equipamentos e Infraestruturas, de onde consta o texto transcrito seguidamente: “A empreitada em epígrafe encontra-se com os trabalhos de infraestruturas praticamente realizados estando em falta os que dizem respeito à pintura da ciclovia e respetiva sinalização. Ora, considera a fiscalização ser contraproducente a execução dos trabalhos de pintura da ciclovia previstos e, conseqüentemente, da sinalização por não se encontrarem reunidas as condições meteorológicas necessárias para a sua aplicação, nomeadamente temperaturas baixas e ocorrências de chuvas frequentes. Assim, e com a concordância prévia do adjudicatário, propõe-se a suspensão do prazo da empreitada sem que decorram encargos acrescidos para o dono de obra, até que se encontrem reunidas as condições necessárias para a boa aplicação dos produtos em causa de forma a garantir a sua durabilidade.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a suspensão do prazo da empreitada de *Eixos Cicláveis Prioritários da Modalidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 2. Suspensão do Prazo da Empreitada*, requerida por João de Sousa Baltasar, SA, por um prazo até que se encontrem reunidas as condições necessárias para a boa aplicação dos produtos em causa, de forma a garantir a sua durabilidade, e sem encargos para o dono da obra.

2.2. Substituição de Depósitos Caução por Garantias Bancárias e Seguros de Caução

2.2.1. Adaptação de Edifício para Centro de Criatividade – Conclusão de Empreitada

Pelo Senhor Presidente, foi presente a informação n.º 169, de 18/01/2021, da Secção de Contabilidade, que se transcreve, para substituição de depósitos caução por garantia bancária, nos termos do artigo 294.º do CCP: “Considerando que: 1. Foi apresentada pela empresa Efima – Eficiência, Instalações e Manutenção, Lda, um pedido para substituição de depósitos caução por garantia bancária; 2. Os depósitos Caução têm os valores de € 3.141,93, € 4.872,73, € 3.208,41 e € 302,65, referente aos autos n.ºs 1, 2, 3 e



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

revisões de preços, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul) CRL, conforme cópia anexa. 3. A Garantia Bancária apresentada, para substituição dos depósitos caução, tem o n.º 2020-4050-5300000139791, datada de 21/10/2020, no valor de € 11.525,72, referente a 5% Contrato, foi emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul) CRL, a qual se anexa. Nos termos do artigo 294.º do CCP, não se vê inconveniente em ser autorizada a substituição dos depósitos caução, uma vez que não resulta uma diminuição das garantias para o Município.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 294.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no âmbito da empreitada de *Adaptação de Edifício para Centro de Criatividade – Conclusão de Empreitada* e a requerimento do empreiteiro Efima – Eficiência, Instalações e Manutenção, Lda, autorizar a substituição dos *depósitos caução* com os valores de € 3.141,93, € 4.872,73, € 3.208,41 e € 302,65, referentes aos autos n.ºs 1, 2, 3 e revisões de preços, nos termos do artigo 353.º do CCP, depositados na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul) CRL, pela *garantia bancária* n.º 2020-4050-5300000139791, datada de 21/10/2020, no valor de € 11.525,72, referente a 5% Contrato, foi emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul), CRL

2.2.2. Requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano

Pelo Senhor Presidente, foi presente a informação n.º 170, de 18/01/2021, da Secção de Contabilidade, que se transcreve, para substituição de depósitos caução por seguro de caução, nos termos do artigo 294.º do CCP: “Considerando que: 1. Foi apresentada pela empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda, um pedido para substituição de seguro de caução por garantia bancária; 2. Os depósitos caução têm os valores de € 731,77, € 1.139,61, € 1.255,83, € 1.283,92, € 1.653,60, € 1.020,62, € 829,46, € 987,17, € 2.162,12, € 1.447,40, € 3.072,91 e € 3.811,50, referentes a 100% dos autos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado no Banco BIC Português, SA e no Banco BPI, SA, conforme cópia anexa. 3. O seguro de caução apresentado, para substituição dos depósitos caução, tem o n.º 4.243.254, datado de 30/12/2020, no valor de 19.395,90, referente a 100% dos autos mencionados, foi emitida pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA de Seguros y Reaseguros – Sucursal em Portugal, a qual se anexa. Nos termos do artigo 294.º do CCP, não se vê inconveniente em ser autorizada a substituição dos depósitos caução, uma vez que não resulta uma diminuição das garantias para o Município.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 294.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) no âmbito da empreitada de *Requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano* e a requerimento do empreiteiro O2S – Engenharia e Construção, Lda, autorizar a substituição dos *depósitos caução* nos valores de € 731,77, € 1.139,61, € 1.255,83, € 1.283,92, € 1.653,60, € 1.020,62, € 829,46, €



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

987,17, € 2.162,12, € 1.447,40, € 3.072,91 e € 3.811,50, referentes a 100% dos autos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado no Banco BIC Português, SA e no Banco BPI, SA, pelo *seguro de caução* n.º 4.243.254, datado de 30/12/2020, no valor de 19.395,90, referente a 100% dos autos mencionados, foi emitida pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA de Seguros y Reaseguros – Sucursal em Portugal.

2.2.3. Escola Secundária Amato Lusitano – Requalificação dos Balneários

Pelo Senhor Presidente, foi presente a informação n.º 171, de 18/01/2021, da Secção de Contabilidade, que se transcreve, para substituição de depósito caução por seguro de caução, nos termos do artigo 294.º do CCP: “Considerando que: 1. Foi apresentada pela empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda., um pedido para substituição de Depósito Caução por Seguro de Caução; 2. Os depósitos Caução têm os valores de € 253,70, € 253,70, € 800,50, € 1.302,18, € 1.523,06, € 1.468,91, € 1.005,48, € 2.159,08 e € 3.326,21, referente aos autos n.ºs 1, 2,3, 4, 5, 6, 7 e 8, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado no Banco Bic Português, SA, conforme cópia anexa. 3. O seguro de caução apresentado, para substituição dos depósitos caução, tem o n.º 4.243.368, datada de 06/01/2021, no valor de € 12.092,81, referente aos autos mencionados e foi emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA, a qual se anexa. Nos termos do artigo 294.º do CCP, não se vê inconveniente em ser autorizada a substituição dos depósitos caução, uma vez que não resulta uma diminuição das garantias para o Município.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 294.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no âmbito da empreitada de *Escola Secundária Amato Lusitano – Requalificação dos Balneários* e a requerimento da empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda, autorizar a substituição dos *depósitos caução*, nos valores de € 253,70, € 253,70, € 800,50, € 1.302,18, € 1.523,06, € 1.468,91, € 1.005,48, € 2.159,08 e € 3.326,21, referente aos autos n.ºs 1, 2,3, 4, 5, 6, 7 e 8, nos termos do artigo 353.º do CCP, os quais foram depositados no Banco Bic Português, SA, pelo *seguro de caução* n.º 4.243.368, datada de 06/01/2021, no valor de € 12.092,81, referente aos autos mencionados e foi emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA.

2.2.4. Beneficiação e Adaptação de Edifício Municipal a Centro de Dia, sito no Bairro Ribeiro das Perdizes

Pelo Senhor Presidente, foi presente a informação n.º 172, de 18/01/2021, da Secção de Contabilidade, que se transcreve, para substituição de depósitos caução por seguro de caução, nos termos do artigo 294.º do CCP: “Considerando que: 1. Foi apresentada pela empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda, um pedido para substituição de depósito caução por seguro de caução; 2. Os depósitos Caução tem os valores



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de € 563,58, € 543,82, € 413,84, € 832,00, € 1.046,84, € 728,31, € 897,80, € 978,90 e € 2.627,98, referente aos autos n.ºs 1, 2, 3, 4,5, 6, 7, 8 e 9, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado no Banco BPI, SA, conforme cópia anexa. 3. O seguro de caução apresentada, para substituição dos depósitos caução, tem o n.º 4.243.367, datado de 06/01/2021, no valor de € 8.633,08, referente a 100% do valor dos autos já referidos, foi emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA, a qual se anexa. Nos termos do artigo 294.º do CCP, não se vê inconveniente em ser autorizada a substituição dos Depósitos Caução, uma vez que não resulta uma diminuição das garantias para o Município.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 294.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no âmbito da empreitada de *Beneficiação e Adaptação de Edifício Municipal a Centro de Dia, sito no Bairro Ribeiro das Perdizes* e a requerimento da empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda, autorizar a substituição dos *depósitos caução*, nos valores de € 563,58, € 543,82, € 413,84, € 832,00, € 1.046,84, € 728,31, € 897,80, € 978,90 e € 2.627,98, referente aos autos n.ºs 1, 2, 3, 4,5, 6, 7, 8 e 9, nos termos do artigo 353.º do CCP, o qual foi depositado no Banco BPI, SA, pelo *seguro de caução* n.º 4.243.367, datado de 06/01/2021, no valor de € 8.633,08, referente a 100% do valor dos autos já referidos, foi emitido pela Companhia de Seguros Atradius Crédito y Caución, SA.

Ponto 3 – ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE CASTELO BRANCO

3.1. Venda do Lote 8. Auto JP – Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 284, de 20/01/2021, do Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio, propondo a venda do Lote 8 da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco (ALECB), com a área de 3.118,10 m², à empresa Auto JP – Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis, pelo valor de € 3.118,10 (€ 1,00/m², conforme estabelecido no n.º 1, do artigo 32.º do Regulamento da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco e nas condições previstas no artigo 37.º do mesmo regulamento), para a instalação de uma edificação destinada à manutenção e reparação de veículos ligeiros e equipamentos pesados.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a venda do Lote 8 da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco (ALECB), com a área de 3.118,10 m², à empresa Auto JP – Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis, pelo valor de € 3.118,10 (€ 1,00/m², conforme estabelecido no n.º 1, do artigo 32.º do Regulamento da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco e nas condições previstas no artigo 37.º do mesmo regulamento), para a instalação de uma edificação destinada à manutenção e reparação de veículos ligeiros e equipamentos pesados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi ainda deliberado dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar a respetiva escritura de compra e venda.

3.2. Reserva do Lote 142. Tartesso, Lda

Pela Senhor Presidente, foi presente a informação n.º 285, de 20/01/2021, do Senhor Vice-Presidente, Jorge Carrega Pio, exarada no seguimento do requerimento da empresa Tartesso, Lda, sediada em Castelo Branco, para reserva de um lote da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco (ALECB). É parecer do signatário que nada obsta a que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: a) autorize a reserva do Lote 142 (com 1.665,19 m²), a favor daquela empresa, para a edificação de instalações destinadas à prestação de serviços de logística em *E-Comerce* e *Tv-Comerce*; b) conceda ao requerente um prazo de 120 dias, para apresentação do processo de licenciamento das instalações a edificar; c) estabeleça, como cláusula de salvaguarda, que o incumprimento daquele prazo determina a revogação da reserva efetuada".

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 4 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

4.1. Hidroerg – Projetos Energéticos, Lda. Pedido de Emissão de Declaração de Interesse Público

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 210, de 18/01/2021, da Divisão de Urbanismo Particulares, referente a um pedido de declaração de interesse público, que se transcreve: "O requerente, Hidroerg – Projetos Energéticos, Lda, apresentou, na pessoa de arrendatário, pedido de declaração de interesse público, com vista à instalação de parque Solar Fotovoltaicos, denominado de Alcains Poente e Central. A área onde se prevê instalar o projeto está classificado como espaço agrícola ou agro-pastoril, conforme plantas do PDM, sito em Cruz das Almas, fonte Chã e Tapada das Sortes, inscrito na Mariz Predial sob o Artigo 152.º, secção C e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco sob o n.º 2847 de Alcains secção C. O uso pretendido conforma-se com os usos previstos no Artigo 52.º do PDM de Castelo Branco publicado no Diário da República – I Série - B, n.º 185 de 11/08/1994, com as alterações introduzidas pela Declaração (extrato) n.º 22/2017, publicada no Diário da República, 2.ª série – n.º 70 de 07 de abril de 2017, referindo que nas áreas rurais serão admitidos edifícios de habitação e apoio destinados exclusivamente a residências dos agricultores e respetivas famílias, assim como dos trabalhadores permanentes da exploração agrícola, equipamentos turísticos, instalações de apoio às atividades agrícola, pecuária e florestal e outras edificações de reconhecido interesse público, nomeadamente de carácter industrial, nos termos da lei em vigor. Neste contexto, e tendo em conta: A exposição apresentada pela firma



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

supracitada; A declaração da Freguesia de Escalos de Baixo e Mata; O parecer favorável do CMDF; O uso pretendido conforma-se com as diretrizes do PDM. Dado que a pretensão se enquadra na alínea a) do ponto 2 do Artigo 57.º do Regulamento do PDM de Castelo Branco, não se vê do ponto de vista urbanístico inconveniente na sua implementação, desde que: Seja respeitada toda a legislação em vigor sobre a matéria, de onde se destacam o PDM de Castelo Branco publicado no Diário da República – I Série - B, n.º 185 de 11/08/1994, com as alterações posteriores, servidões e restrições de utilidade pública como RAN, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações posteriores. Sejam obtidos todos os pareceres e informações das entidades intervenientes no processo de licenciamento, de onde se destacam a CCDR-C, DRAP-C, Agência Portuguesa do Ambiente, Avaliação de Impacte Ambiental, Comissão Municipal de Defesa da Floresta; Seja reconhecido o interesse público municipal, nos termos do disposto na alínea c) do ponto 2 do Artigo 57.º do Regulamento do PDM. Face do exposto e caso superiormente se concorde, julga-se de propor-se que o executivo municipal delibere, no sentido de eventual remissão do processo para a Assembleia Municipal, para que aquele órgão, delibere sobre a declaração de interesse público para o concelho e para a freguesia em causa da instalação da unidade pretendida.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar e remeter, para apreciação e votação, da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 52.º do PDM de Castelo Branco publicado no Diário da República – I Série - B, n.º 185 de 11/08/1994, com as alterações introduzidas pela Declaração (extrato) n.º 22/2017, publicada no Diário da República, 2.ª Série – n.º 70 de 7 de abril de 2017, o pedido de declaração de interesse público, requerido por Hidroerg – Projetos Energéticos, Lda, para a instalação de parque solar fotovoltaico, denominado de Alcains Poente e Central.

4.2. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Dezembro de 2020

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 210, de 18/01/2021, da Secção de Obras Particulares, relevando os processos de obras particulares despachados no mês dezembro de 2020.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 5 – CONTABILIDADE

5.1. 1.ª Alteração ao Orçamento e 1.ª às Grandes Opções do Plano/2021

Pelo Senhor Presidente, foram presentes a *1.ª Alteração ao Orçamento e 1.ª às Grandes Opções do Plano/2021*, na despesa, no valor de € 3.126.949,00, quer no reforço, quer na anulação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

5.2. 2.^a Alteração ao Orçamento e 2.^a às Grandes Opções do Plano/2021

Pelo Senhor Presidente foram presentes a *2.^a Alteração ao Orçamento e 2.^a às Grandes Opções do Plano/2021*, na despesa, no valor de € 1.490.500,00, quer no reforço, quer na anulação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

6.1. Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia. CasteloBrancoApoia. Apoio aos Alunos do Instituto Politécnico de Castelo Branco (Retificação da Deliberação, do dia 04/12/2020, sob o Ponto 7.1. Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia. #CasteloBrancoApoia – Alteração de Valor a Transferir para o IPCB)

Pelo Senhor Presidente foi presente uma proposta de medidas de apoio à comunidade no âmbito do programa CasteloBrancoApoia, que se transcreve: “Considerando: a) A atual situação decorrente da pandemia SARS-CoV-2, que tem afetado a normalidade e continua a condicionar todos os aspetos da vida das pessoas, das famílias, das empresas e das instituições; b) A necessidade sentida pelo Município, no sentido de definir e implementar um conjunto de medidas que visam mitigar os efeitos desta conjuntura pandémica; c) O esforço que vem sendo feito na aprovação e concretização de diversas medidas de aos vários setores de atividade, nomeadamente através do Programa *CasteloBrancoApoia*, aprovado por deliberação deste Órgão Executivo no dia 4 de dezembro de 2020; d) Que este Programa pretende concretizar medidas de apoio à comunidade, contemplando, também o apoio aos alunos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Propõe-se à Câmara Municipal que, no uso das competências em matéria de atribuição de auxílios económicos a estudantes, previstas na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no âmbito do Programa *CasteloBrancoApoia*, delibere o seguinte: 1 - Aprovar a celebração, com o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), de um Protocolo para a atribuição de apoio destinado ao pagamento parcial de propinas aos alunos que frequentam as várias Escolas, e tenham residência no concelho de Castelo Branco, bem como o respetivo clausulado, cuja minuta se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. 2 – Aprovar a transferência para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, do valor de 264.458,65 € (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos). 3 – Mais se propõe, em conformidade com o número anterior, que seja deliberado alterar a deliberação do dia 4 de dezembro de 2020, retificando-se o valor que dela consta para o apoio em causa, que passará a ser de 264.458,65€, em vez de 260.000,00€. Paços do Município de Castelo Branco, 20 de janeiro de 2021.” Os documentos são dados como reproduzidos ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no âmbito das medidas de apoio à comunidade, integradas no programa *CasteloBrancoApoia*, aprovar a celebração de um protocolo, com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, para a atribuição de apoio destinado ao pagamento parcial de propinas aos alunos que frequentam as várias escolas, e tenham residência no concelho de Castelo Branco, bem como o respetivo clausulado, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou ainda, aprovar a transferência, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, do valor de € 264.458,65.

Mais deliberou, retificar a deliberação do dia 04/12/2020, tomada sob o *Ponto 7.1. Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia. #CasteloBrancoApoia*, alterando o valor da transferência para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, de € 260.000,00, para o novo montante de € 264.458,65.

6.2. Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento. Documentos de Gestão Previsional 2021

Pelo Senhor Presidente foram presentes, para conhecimento, o *Plano de Atividades e Orçamento para o Ano 2021*, aprovados em Assembleia Geral, de 05/03/2020, da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento. Os documentos são dados como reproduzidos ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

A Câmara Municipal, tendo tomado conhecimento do *Plano de Atividades e Orçamento para o Ano 2021*, aprovados em Assembleia Geral, de 05/03/2020, da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, decidiu remete-los, mediante ofício, à Assembleia Municipal para conhecimento dos mesmos dos respetivos membros.

Ponto 7 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento do *Resumo Diário de Tesouraria* do dia 21 de janeiro:

Operações Orçamentais	€ 39.509.831,54
Operações Não Orçamentais	€ 5.243,05

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminados os assuntos da ordem do dia, a Câmara Municipal passou a ouvir as intervenções por parte do público assistente, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O **Senhor Fernando Paulo Garcia**, solicitou intervir e fez a declaração que se transcreve: "Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores presentes. Chamo-me Fernando Paulo Garcia e estou aqui por iniciativa exclusivamente pessoal, apesar de ser Presidente da Associação Casais Sempre Frescos de Sobral do Campo, de que sou sócio fundador e que presido desde o seu início. A minha intervenção, aqui hoje, tem a ver com o facto de considerar necessária a reposição da verdade relativamente a afirmações proferidas, neste mesmo local, sobre o presidente duma associação de Sobral do Campo de a partir de Lisboa andar na redes sociais a apoiar a construção da casa mortuária. Senhor Vereador Carlos Almeida! Na nossa associação existem associados dos vários quadrantes políticos. Respeitamos a liberdade e diferenças de opinião. Não toleramos internamente a discussão de temas como religião, futebol e política partidária. Como já fiz questão de referir em resposta num jornal da cidade, esta afirmação não corresponde à verdade! Pelo respeito que me merecem os associados, não posso permitir que a associação seja arrastada para a discussão da casa mortuária que o senhor tanto tem incentivado. Não incentivei qualquer associado, nem fiz qualquer tipo de afirmações nas redes sociais nem a nível pessoal nem em representação da associação. Também na mesma reunião o Senhor Vereador Carlos Almeida terá afirmado *'que essa associação recebeu recentemente do município um subsídio, embora em 2020 não tenha realizado nenhuma iniciativa'*. Retifico que para 2020 não foi efetuado qualquer pedido à Câmara Municipal e nem a associação recebeu qualquer donativo. Sugiro que o Senhor Vereador reveja as suas fontes de informação, dado que o último subsídio foi atribuído em 24 de maio 2019 (faz dois anos daqui a 4 meses) e como sempre refere-se a investimentos facilmente visíveis e comprovados nos planos e relatórios de atividades anuais, de que este de 2019 é um exemplo, como habitualmente, com fotos elucidativas das atividades. Existe sim neste momento um pedido de apoio para 2021 e será para despesas de investimento. E apesar da pandemia e de todas as limitações vividas em 2020, ainda foi possível realizar algumas atividades cumprindo as regras de prevenção da *Covid-19*. A Associação Casais Sempre Frescos orgulha-se duma grande dignidade e tem sido cumpridora das suas obrigações para com todas as entidades. Tem sido sempre uma associação dinâmica, nas vertentes de teatro, música convívio e lazer, com obra feita na preservação do património cultural da nossa aldeia e que agora dispenso de enumerar. Senhor Vereador, nas nossas aldeias, estas associações só resistirão se forem acarinhadas pelo poder local. Sem os apoios dos últimos anos, nada seria possível nestas aldeias do interior, onde como sabe as iniciativas são escassas. Receio pelo futuro pois com estas formas de pensar, associações como a nossa irão desaparecer. Aproveito o facto de hoje aqui estar e agora como cidadão emitir a minha opinião pessoal. Senhor Vereador Carlos Almeida, o senhor tem incentivado o grupo que discorda da casa mortuária em Sobral do Campo fazendo eco dum abaixo-assinado. Quero lembrar que a maioria daquelas pessoas, fizeram a assinatura, através das redes sociais,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

83% não residem na aldeia e muitas delas mal conhecem o Sobral, a localização da casa mortuária atual e muito menos conhecem as condições precárias em que funciona. Não há de facto sobralenses de primeira ou de segunda. O que há, é pessoas que se interessam e colaboram de forma interventiva, e há pessoas que através de capas de terceiros ou por trás de ecrãs de telemóvel ou computador debitam palavras ou sentenças num jogo de crítica fácil e destrutiva. Todos temos direitos e deveres. Os cidadãos têm direito à opinião mas também têm o dever de colaborar e assumir responsabilidades nas instituições existentes. Considero esta discussão da casa mortuária fantástica, quando muitas aldeias reclamam obras, ao Sobral é oferecida esta e há quem não aceite. Respeitam-se contudo as opiniões divergentes. Há sugestões de projetos... Mas onde estão as pessoas para avançar e darem o primeiro passo – creche, piscina, lar, posto médico... Seja para o que for, tem que haver promotores. Onde estão? Ainda recentemente o Centro de Dia atravessou dificuldades... Foi apoiado pela autarquia mas esteve em risco de fechar pela dificuldade em encontrar corpos sociais. O Sobral deve estar agradecido aos ex-presidentes de Câmara Comendador Joaquim Morão e Dr. Luís Correia. E quanto ao Dr. Luís Correia, independentemente do que possa acontecer, foi e é um amigo do Sobral. É que tem vindo sempre à liça o ex-Presidente da Câmara Luís Correia e a Casa Mortuária do Sobral. Não haverá temas mais interessantes e importantes!? Sim, Senhor Vereador, isto parece um filme... Mas num filme, se alguns são protagonistas, como os senhores, as pessoas anónimas, residentes ou não no Sobral que não assinam abaixo assinados e não se exprimem nas redes sociais são figurantes neste filme mas são os atores verdadeiramente importantes. E merecem respeito. E esse respeito inclui não falar por eles se tiverem opinião diferente. Pergunto ao Senhor Vereador se alguma vez já entrou na casa mortuária de Sobral do Campo. A única instalação sanitária e a copa de apoio têm cerca de um metro quadrado cada e sem qualquer ventilação e o espaço de velório não permite qualquer conforto aos familiares e amigos que frequentemente permanecem na rua. As condições mínimas de salubridade nunca existiram e menos agora em tempo de pandemia... Se fossem instalações particulares não tenho dúvidas que a ASAE e a autoridade de saúde já as teriam encerrado há muito. Quanto ao abate dos cedros no cemitério, que também tem sido criticado, apresento aqui fotos que mostram o estado do piso e das paredes onde foram cortados. Para além de impedirem o livre-trânsito pelos passeios, existem pedras levantadas, brechas abertas no piso e paredes. Considero que o trabalho realizado foi puramente para prevenção de graves acidentes... Quanto ao coreto do recinto de festas, que também foi objeto de abaixo-assinado, digo que de valor patrimonial nada tinha, tratava-se de uma estrutura pesada de cimento com pouco ferro que dum momento para o outro, podia acabar em tragédia. O operador que procedeu à demolição afirmou que *'ao encostar a pá da máquina a cobertura ruiu de imediato, estava um perigo...'* A Comissão Coordenadora das Festas, com representação de todas as comissões de festas da terra, já vinha



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

propondo por unanimidade a sua demolição desde 2009, pelo conhecimento que tinha do perigo eminente, mas também por ser inútil e não utilizado. O que o Sobral precisa é de união, e de pessoas agregadoras. Não precisa de quem espalhe a confusão e o mal-estar, como está acontecer. E relembro também que a União das Freguesias (Executivo) e Assembleia de Freguesia, por alguns criticada, foram eleitas democraticamente pelos sobralenses eleitores, obtiveram larga maioria no último ato eleitoral, com 75% dos votos (partido mais votado) pelo que também lhes é devido respeito, o que não tem acontecido. E termino agradecendo a oportunidade que me deram, muito obrigado.”

Pediu a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Eu gostaria, de facto, de também fazer algumas considerações, em relação aquilo que foi proferido por parte do Senhor Fernando Paulo Garcia, que pelos vistos terá feito uma aparição rara no Sobral do Campo, uma vez que ele não vive lá. Reitero tudo o que disse: não vive no Sobral do Campo; raramente vai ao Sobral do Campo e preside a uma Associação que em dois mil e vinte não fez nenhuma atividade... Reitero tudo o que disse. Se eu fiz esta afirmação aqui, entre outras, foi com base em testemunhos de associados da Associação Casais Sempre Frescos. Portanto, aquilo que foi dito, eu reitero na íntegra. Em dois mil e vinte não fez nenhuma atividade. É uma personalidade que é raramente vista no Sobral do Campo, porque dirige a Associação a partir da Margem Sul que é onde vive. Ponto um. Ponto dois: Senhor Fernando, para quem se diz que não faz política e que não usa a Associação para fins políticos, tenho-lhe a dar conta que a sua intervenção aqui é carregada de intenção política... Porque o Senhor fez considerações sobre tudo o que tem a ver com a vida coletiva do Sobral do Campo e com uma carga ideológica partidária notória. Por tanto, meu caro, a contradição é absoluta. Relativamente aos três mil euros, eles foram aprovados aqui em reunião de Câmara... E, portanto, é falso, eu tenho prova em conforme nós aprovamos um subsídio de três mil euros. É certo que, provavelmente, não me saberá dizer para que é que se destinam, porque não fez nenhuma atividade. Mas que o subsídio foi aprovado, no valor de três mil euros, foi. Termino dizendo que não tem o direito de fazer o julgamento acerca da minha pessoa e, muito menos, relativamente a intenções que me atribui. Eu, em circunstância alguma, falei do Senhor como incentivando alguém a tomar posição. Nunca o fiz nesse sentido. Aquilo que eu disse foi uma coisa distinta... É que o presidente da Associação estava a tomar posição nesta contenda e teve um retorno de três mil euros. É exatamente isso que eu digo e assumo. Muito obrigado.”

Não havendo mais ninguém para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

CONCLUSÃO DE ATA

E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram 10 horas e 45 minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Francisco José Alveirinho Correia, que a secretariei.

O Presidente da Câmara _____

O Secretário _____